

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
ÓRGÃO GERENCIADOR: 153173
Ilmo. Sr. Pregoeiro

PREGÃO ELETRÔNICO 90002/2024

ALEA COMERCIAL LTDA, CNPJ: 12.011.917/0003-32, estabelecida na Rod. Governador Mário Covas, 3255, amz 08, sala 164, Padre Mathias, Cariacica/ES. CEP: 29157-100, neste ato representada por seu por seu procurador que subscreve a peça, vem respeitosamente, apresentar:

CONTRARRAZÕES

ao inconsistente recurso, referente aos grupos 1, 2, 5 e 9, apresentado pela Empresa **SPARTAN COMERCIO LTDA**, pelas razões de fato e direito a seguir aduzidas.

I. DAS ALEGAÇÕES RECURSAIS

A presente licitação, na modalidade pregão eletrônico, tipo menor preço por grupo, para futura e eventual aquisição de Kits de Materiais Escolares pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, para fornecimento aos alunos de escolas públicas de educação básica, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Assim, cumprindo os requisitos editalícios, o Órgão Licitante, de forma absolutamente coerente declarou a Contrarrazoante vencedora do processo licitatório.

Irresignada com situação, a Empresa Recorrente interpôs recurso, contudo, conforme restará demonstrado, a mencionada peça padece de argumentos jurídicos



capazes de reformar o resultado do procedimento licitatório, não tendo indicado nenhum fundamento acerca do descumprimento da Vencedora/Arrematante as regras editalíssimas, além de não ter comprovado os fatos alegados.

É o que se necessita relatar, passa-se a refutar os frágeis fundamentos do Recurso.

a) DO ÔNUS DA PROVA – DA AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO ALEGADO

Inicialmente, o que chama a atenção é o fato de que **não há qualquer indicação ou apresentação de documentos capazes de comprovar o alegado.**

Toda peça recursal, aqui contrarrazoado, é fundado unicamente em “suposição” que a Contrarrazoante teria encaminhado as amostras para aferição laboratorial após solicitação do Pregoeiro. Nas palavras da Recorrente, que: *“os ensaios/laudos só foram contratados pela Alea Comercial Ltda. após ser compelida a apresentar as amostras”*.

Considerando que é de conhecimento do Órgão Gerenciador (FNDE: Reunião técnica nº 2/2015 - Canetas Hidrográficas), ao que parece não da Recorrente, que os ensaios para a avaliação do desempenho de escrita das Canetas Hidrográficas não são realizados de forma ampla pelos laboratórios, decorrente de empecilho operacional para a realização dos ensaios.

Dos Laboratórios dos consultados pela Contrarrazoante, o Lab System, foi único que apresentou capacidade para realização desses ensaios – motivo por ser contratado, inclusive, por outras empresas participantes deste certame. Observou-se que a Recorrente só trouxe como exemplo, apenas, mais um laboratório que seria capaz de realizar os testes laboratoriais exigidos, levando em conta a extensão territorial do país, só ratifica a manifestação da Contrarrazoante.

Ocorre que o laboratório ND, citado pela Recorrente, não realiza a testagem de desempenho de escrita, vide consulta colacionada a empresa:





comercial2@ntdlaboratorio.com.br



Para: Você; +1 outro

Qua, 24/07/2024 10:38

Olá, bom dia.

Obrigada pelo contato, no entanto, não realizamos os ensaios solicitados.

Descontinuamos do escopo o ensaio de determinação de metragem escrita, ABNT 16108:2012.

Dúvidas à disposição.

Atenciosamente,



Adriana Francisco - Comercial
NTD - Núcleo de Tecnologia e Desenvolvimento
Rua Ana Ventura Nitão, 293 - Vila Ayrosa - Osasco SP
✉ comercial2@ntdlaboratorio.com.br
☎ 55 11 3599-7787 / 55 11 3599-2724 / 55 11 4311-5890 / 55 11 4311-5853
Visite nosso site: www.ntdlaboratório.com.br



Antes de imprimir pense em sua responsabilidade com o MEIO AMBIENTE

Importante, ainda, salientar que o próprio laboratório Lab System declarou que a Contrarrazoante requereu a testagem dentro do prazo para regular cumprimento dessa exigência, mas por questões alheias a vontade licitante, ocorreu o descumprimento por parte do laboratório, motivando o pedido de dilação de prazo e seu acatamento.

Sob o aspecto das regras editalícias, não se vislumbra quebra da isonomia, considerando que o próprio edito prevê a possibilidade de dilação do prazo – “8.19.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro (...)”.

No tocante ao item “Agenda Escolar”, a requisição de laudos tem a função de atestar a conformidade do produto à norma específica. Já a acreditação é um processo de avaliação da qualidade dos serviços realizados em um laboratório, trata-se de um processo voluntário, ou seja, não existe norma que vincule a atividade laboratorial a sua acreditação para realizar determinado escopo.

Após essa diferenciação, veja-se que o edito exige que cadernos e agendas sejam avaliados por laboratório acreditado na ABNT NBR ISO/IEC 17025:2017, que detenha o escopo de atuação em “Ensaio Químicos em Celulose e Papel”. Consoante



(75) 3021-0321
(75) 3226-5940



filiales@aleacomercial.com
www.aleacomercial.com



ROD. GOV. MÁRIO COVAS, 3255, AMZ. 08, SALA 164
PADRE MATHIAS
CARIACICA – ES - CEP: 29.157-100

declaração anexa, o laboratório Lab System atende esse requisito, já que é acreditado pela CGCRE conforme CRL 0154 pela norma ABNT NBR IEC/ISO 17025. Ademais a citada norma atesta que o laboratório executa suas atividades com precisão e obtém resultados de alta qualidade e confiabilidade, não há que se falar em distinção entre cadernos e agendas. Pelo exposto, o laboratório se mostra apto para a realização dos ensaios, visto que são utilizados os mesmos equipamentos e metodologia em razão da similaridade dos itens.

Dito isto, não se pode privilegiar a forma em detrimento da consecução do objetivo primário, no caso, a avaliação de conformidade referente à norma regente foi atingida e o interesse público resguardado.

Pois bem, acerca do alegado não existe qualquer prova, contudo, nos termos do art. 373, do Código de Processo Civil¹, **é ônus da parte autora a comprovação do quanto alegado**. Significa dizer que compete à parte autora/ denunciante comprovar o fato constitutivo do direito, ao passo que cabe à ré a prova do fato modificativo, impeditivo ou extintivo do direito, nos termos da inteligência do mencionado artigo 373, do CPC.

Lado outro, embora o inciso II, do referido art. 373, do CPC, atribua ao Réu/ denunciado o ônus de comprovar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do quanto alegado pelo autor, sabe-se que é inviável exigir da parte prova de fato negativo, tratando-se de prova diabólica. A Contrarrazoante tem a seu favor o fato de que **cumpriu todos os requisitos editalíssimos**, sendo essa uma contundente prova de sua regularidade no certame.

Não há que se falar aqui em eventual cometimento de infração administrativa, como aduz sem provas o Recorrente. Conforme propugna velho brocardo latino “*Allegare nihil et allegatum non probare paria sunt*” (alegar e não provar o alegado, importa nada alegar). Noutras palavras, no presente caso, o Recorrente teria o **dever de comprovar o alegado**.

¹ Art. 373. O ônus da prova incumbe:

I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito;

II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor;



Aponta, por último, que a Recorrente não apresentou “declaração” no prazo concedido de 02:00h (duas horas), mas em 08 (oito) dias. Ocorre que a documentação verificada no SICAF não reunia todas as informações necessárias, sendo necessária a reabertura de prazo a pedido da licitante para envio dos demais documentos exigidos no chat, considerando o disposto no art. 12, inciso III da Lei 14.133/2021 e à luz do princípio do formalismo moderado.

b) DO RELATÓRIO DE AMOSTRAS

Com relação à alegação de descumprimento das especificações indicadas no edital, será demonstrada a total improcedência das alegações.

A aprovação das amostras ocorreu, porque sua qualidade e funcionalidade atendem as necessidades almejadas pelo Órgão Licitante e eventuais desconformidades estéticas podem ser corrigidas no curso do fornecimento, não representando qualquer risco para o bom cumprimento do contrato.

Para o item “*Apontador com Depósito*”, alega que a amostra apresentada da marca Gatte, não apresenta a marca no corpo do produto. Compulsando o caderno de informações técnicas, é exigido que: “*apresentar a marca do fabricante em uma das faces*”. Veja-se que o edital não indica, especificamente, onde a marca deva figurar no produto. De tal modo que a marca do fabricante é exibida na face da lâmina, atendendo a exigência editalícia.

Para o item “*Lápis de Cor Tons de Pele*”, aduz a recorrente que o código de barras contido na embalagem não identifica o produto no registro do INMETRO. Cabe esclarecer que o produto está devidamente certificado junto ao órgão, sendo apresentada sua certificação para comissão julgadora. Por se tratar de um produto certificado recentemente, sua inclusão na base de dados de consulta pública do INMETRO, não ocorre de maneira automática, procedimento *interna corporis*, que não é gerido, obviamente, pela Contrarrazoante.



O último item questionado pela Recorrente, a “Giz de Cera”, alega o descumprimento no tocante às informações na embalagem sobre a presença de alérgenos, como glúten, lactose e trigo.

Destaca-se que a amostra apresentada atende aos requisitos do edital e conforme declaração solicitada pelo com Pregoeiro, através de termo de ajuste, será adicionado à além do já existente aviso “não tóxico”, o alerta de “livre de alérgenos”.

As regras do edital devem ser interpretadas de modo a fomentar a ampla concorrência, a celeridade, a eficiência e economicidade ao erário. Não se pode sobrepor os meios aos fins, quando se transforma a licitação em um concurso de obstáculos formais, onde vence o “mais esperto” e não a melhor proposta.

II. DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

a) DO PRINCÍPIO DO FORMALISMO MODERADO

Digno de nota as inovações trazidas pela nova lei de licitações (Lei Federal nº 14.133/2021) que incluiu expressamente os princípios da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade, além de orientar pela observância do disposto na Lei de Introdução às Normas do Direito brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942).

Os princípios são mandados de otimização, que instruem as tomadas de decisão da Administração Pública, apresentam um grau de imposição relativa, tendo em vista que poderão ser superados por outros princípios, caracterizando-se, em regra, como não absolutos.

Assim, diante da colisão entre princípios, deverá ser conferida uma valoração a cada postulado, atribuindo-se peso de acordo com o caso concreto, sem que com isso haja a invalidação de um princípio em detrimento do outro e sem que se esgote o núcleo essencial daquele de menor peso relativo.



A nova lei de licitações (Lei. 14.133/2021) consagrou expressamente o formalismo moderado ao prever, no inciso II, do art. 12, que o desatendimento de exigências meramente formais, que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta, não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo. Vejamos:

Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

(...)

III - o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo;

Aventada a hipótese de um possível conflito de princípios, a opção do legislador foi o de privilegiar o formalismo moderado - e o princípio da vantajosidade - em detrimento do princípio da vinculação ao edital.

Inclusive, o Tribunal de Contas da União já conferia uma interpretação ampla ao art. 43, §3º da Lei Federal nº 8.666/1993, entendendo pela mitigação do formalismo ainda que diante da própria ausência do documento. Desta forma, convém destacar um excerto dos fundamentos lançados pelo Ministro Relator Augusto Sherman no Relatório de Auditoria TC-002.147/2011-4:

Entende-se o respeito à vinculação ao edital não deve superar os objetivos maiores da licitação, consistentes na ampla concorrência e na seleção da proposta mais vantajosa, sobretudo porque as falhas cometidas pelas referidas empresas, a princípio, não provocaram qualquer reflexo em suas propostas, e sua aceitação não feriria a isonomia entre os concorrentes e não teria qualquer efeito indesejável na execução do contrato, somente caracterizando excesso de formalismo em detrimento da competitividade do certame. (TCU. 002.147/2011-4. Relato: Augusto Sherman, j. 06.12.2011)

O procedimento licitatório deve ser visualizado como meio para atingimento de uma finalidade pública primária. Cabe à Administração ponderar no sentido de condenar as mazelas da burocracia excessiva e injustificada nas licitações, afastando-se do apego à



literalidade da exigência do instrumento convocatório em detrimento da obtenção da melhor proposta.

b) DO PRINCÍPIO DA ECONOMICIDADE – DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA ADMINISTRAÇÃO

Não é demais salientar que, nos termos do art. 5º, da Lei 14.133/21, o procedimento licitatório busca garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a administração.

A economicidade pressupõe por parte do agente público a adoção da solução mais conveniente e eficiente sob o ponto de vista da gestão dos recursos públicos, levando-se em consideração a existência de uma relação sujeita a análise sob o prisma do custo/benefício.

Entende-se que, melhor proposta não é somente aquela que oferecer o menor preço, mas também, e principalmente, a que **guardar consonância com os requisitos impostos pela Administração como necessários à sua elaboração.**

Nesse ponto, é nítido o cumprimento integral dos requisitos, pela proposta vencedora, isso porque, o princípio do formalismo moderado e a proposta mais vantajosa se complementam e devem ser analisados em conjunto.

Ao cabo de tudo que foi exposto até o presente, resta manifestamente evidenciado o acerto da decisão exarada no processo licitatório que, no sentido de classificar a Empresa ALEA COMERCIAL LTDA, julgamento esse de acordo aos preceitos que regem o processo licitatório.

De tal modo que o recurso ora contrarrazoado deve ser tido como inexistente, sem força de recurso administrativo, haja vista que o pedido elaborado em nada prestigia os princípios licitatórios, na medida em que traz a baila motivos de ordem formalística.

III. CONCLUSÃO



(75) 3021-0321
(75) 3226-5940



filiales@aleacomercial.com
www.aleacomercial.com



ROD. GOV. MÁRIO COVAS, 3255, AMZ. 08, SALA 164
PADRE MATHIAS
CARIACICA – ES - CEP: 29.157-100

Pelo exposto, requer dessa r. Comissão de Licitação se digne a julgar **TOTALMENTE IMPROCEDENTE** O RECURSO interposto pela SPARTAN COMERCIO LTDA e, por consequência, seja mantida incólume a decisão que declarou vencedora, nos grupos 1, 2, 5 e 9, a Contrarrazoante, ALEA COMERCIAL LTDA., haja vista sua regularidade.

Nestes termos

Pede deferimentos.

Cariacica/ES, 25 de julho de 2024.

Victor Freitas Medeiros



(75) 3021-0321
(75) 3226-5940



filiales@aleacomercial.com
www.aleacomercial.com



ROD. GOV. MÁRIO COVAS, 3255, AMZ. 08, SALA 164
PADRE MATHIAS
CARIACICA – ES - CEP: 29.157-100